



Visando facilitar a consulta e viabilizar a ampla utilização da Lei nº 14.133, de 1º ABR 21 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA), por parte de suas UGA, o 3º CGCFEx elaborou esta compilação das regulamentações, pareceres jurídicos, orientações normativas e as publicações de interesse sobre o tema.



Acesse aqui a Lei nº 14.133/21:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)

## 1. REGULAMENTAÇÕES

### a. Decretos

Decreto	Finalidade
Decreto nº 11.462, de 31 MAR 23. <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11462.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11462.htm</a>	Dispõe sobre o <b>sistema de registro de preços</b> para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia.
Decreto nº 11.461, de 31 MAR 23. <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11461.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11461.htm</a>	Dispõe sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade <b>leilão</b> , na forma eletrônica, para alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, e institui o Sistema de Leilão Eletrônico.
Decreto nº 11.430, de 8 MAR 23. <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11430.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11430.htm</a>	Dispõe sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como <b>critério de desempate</b> em licitações.
Decreto nº 11.317, de 29 DEZ 22. <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Decreto/D11317.htm#art1">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Decreto/D11317.htm#art1</a>	Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Decreto nº 11.246, de 27 OUT 22. <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Decreto/D11246.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Decreto/D11246.htm</a>	Dispõe sobre as regras para a <b>atuação do agente de contratação e da equipe de apoio</b> , o funcionamento da <b>comissão de contratação</b> e a atuação dos <b>gestores e fiscais de contratos</b> .
Decreto nº 10.947, de 25 JAN 22. <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Decreto/D10947.htm#art1">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Decreto/D10947.htm#art1</a>	Dispõe sobre o <b>Plano de Contratações Anual (PCA)</b> e institui o <b>Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC)</b> .
Decreto nº 10.818, de 27 SET 21. <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10818.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10818.htm</a>	Estabelece o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de <b>qualidade comum e de luxo</b> .

## b. Instruções Normativas

Instrução Normativa	Finalidade
Instrução Normativa SEGES/MGI nº 12, de 31 MAR 23. <a href="https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-seges/mgi-n-12-de-31-de-marco-de-2023-474522192">https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-seges/mgi-n-12-de-31-de-marco-de-2023-474522192</a>	Dispõe sobre a licitação pelo <b>critério de julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico</b> , na forma eletrônica.
Instrução Normativa SEGES/MGI nº 11, de 29 MAR 23. <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-mgi-no-11-de-29-de-marco-de-2023ss">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-mgi-no-11-de-29-de-marco-de-2023ss</a>	Estabelece condições para o <b>pagamento das despesas</b> com compra de bens e prestação de serviços, de que dispõe o inciso I do art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e para o <b>regime de adiantamento</b> , por <b>suprimento de fundos</b> , de que tratam os arts. 45, 46 e 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.
Instrução Normativa SEGES/MGI nº 4, de 2 FEV 23. <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-mgi-no-4-de-2-de-fevereiro-de-2023">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-mgi-no-4-de-2-de-fevereiro-de-2023</a>	Estabelece <b>regras complementares</b> para aplicação do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
Instrução Normativa SEGES/MGI nº 2, de 7 FEV 23. <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-mgi-no-2-de-7-de-fevereiro-de-2023">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-mgi-no-2-de-7-de-fevereiro-de-2023</a>	Dispõe sobre a licitação pelo <b>critério de julgamento por técnica e preço</b> , na forma eletrônica.
Instrução Normativa SEGES/ME nº 103, de 30 DEZ 22. <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-103-de-30-de-dezembro-de-2022">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-103-de-30-de-dezembro-de-2022</a>	Dispõe sobre os procedimentos de <b>seleção de imóveis para locação</b> .
Instrução Normativa SEGES /ME nº 98, de 26 DEZ 22. <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-98-de-26-de-dezembro-de-2022">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-98-de-26-de-dezembro-de-2022</a>	Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de <b>contratação de serviços sob o regime de execução indireta</b> .
Instrução Normativa SEGES /ME nº 96, de 23 DEZ 22. <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-96-de-23-de-dezembro-de-2022">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-96-de-23-de-dezembro-de-2022</a>	Dispõe sobre a licitação pelo <b>critério de julgamento por maior retorno econômico</b> , na forma eletrônica.

Instrução Normativa	Finalidade
<p>Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 DEZ 22.  <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-91-de-16-de-dezembro-de-2022">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-91-de-16-de-dezembro-de-2022</a></p>	<p>Estabelece regras para a <b>definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia</b> nos processos de licitação e de contratação direta.</p>
<p>Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 NOV 22.  <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-81-de-25-de-novembro-de-2022">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-81-de-25-de-novembro-de-2022</a></p>	<p>Dispõe sobre a <b>elaboração do Termo de Referência</b> - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e sobre o Sistema TR digital.</p>
<p>Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 NOV 22.  <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-77-de-4-de-novembro-de-2022">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-77-de-4-de-novembro-de-2022</a></p>	<p>Dispõe sobre a observância da <b>ordem cronológica de pagamento</b> das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras.</p>
<p>Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 SET 22.  <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-73-de-30-de-setembro-de-2022">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-73-de-30-de-setembro-de-2022</a></p>	<p>Dispõe sobre a licitação pelo <b>critério de julgamento por menor preço ou maior desconto</b>, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras</p>
<p>Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 AGO 22.  <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-no-58-de-8-de-agosto-de-2022">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-no-58-de-8-de-agosto-de-2022</a></p>	<p>Dispõe sobre a <b>elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares</b> - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras e sobre o Sistema ETP digital.</p>
<p>Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 ABR 22.  <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-26-de-13-de-abril-de-2022">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-26-de-13-de-abril-de-2022</a></p>	<p>Dispõe sobre a dispensa, o parcelamento, a compensação e a suspensão de <b>cobrança de débito resultante de multa administrativa</b> e/ou indenizações, não inscritas em dívida ativa.</p>
<p>Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 DEZ 21.  <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-116-de-21-de-dezembro-de-2021">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-116-de-21-de-dezembro-de-2021</a></p>	<p>Estabelece procedimentos para a <b>participação de pessoa física nas contratações públicas</b> de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.</p>

Instrução Normativa	Finalidade
Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 JUL 21. <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-67-de-8-de-julho-de-2021">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-67-de-8-de-julho-de-2021</a>	Dispõe sobre a <b>dispensa de licitação, na forma eletrônica</b> , de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica.
Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 JUL 21. <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-65-de-7-de-julho-de-2021">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-65-de-7-de-julho-de-2021</a>	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a <b>realização de pesquisa de preços</b> para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

### c. Portarias

Portaria	Finalidade
Portaria SEGES/MGI nº 5.376, de 14 SET 23. <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/portarias/portaria-seges-mgi-no-5376-de-14-de-setembro-de-2023">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/portarias/portaria-seges-mgi-no-5376-de-14-de-setembro-de-2023</a>	Institui o modelo de referência do <b>Plano Diretor de Logística Sustentável</b> - PLS de que trata o art. 7º da Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021.
PORTARIA GM-MD nº 4.641, de 14 SET 23. <a href="https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_html/?NUM=4641&amp;ANO=2023&amp;SER=A">https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_html/?NUM=4641&amp;ANO=2023&amp;SER=A</a>	Dispõe sobre a <b>dispensa de licitação</b> para contratação que possa acarretar <b>comprometimento da segurança nacional</b> .
Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 ABR 23. <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/portarias/portaria-seges-mgi-no-1-769-de-25-de-abril-de-2023">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/portarias/portaria-seges-mgi-no-1-769-de-25-de-abril-de-2023</a>	Dispõe sobre o <b>regime de transição</b> de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 JUL 21. <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/portarias/portaria-seges-me-no-8-678-de-19-de-julho-de-2021">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/portarias/portaria-seges-me-no-8-678-de-19-de-julho-de-2021</a>	Dispõe sobre a <b>governança das contratações públicas</b> .

## 2. PARECERES JURÍDICOS

### a. Referenciais

Parecer	Ementa
PARECER REFERENCIAL n. 1/2023/COORD/E-CJU/SSEM/CGU/AGU <a href="https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=1094547071">https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=1094547071</a>	<b>Contratação direta da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)</b> para distribuição da publicidade legal da Administração Pública Federal.
PARECER REFERENCIAL n. 2/2023/COORD/E-CJU/SSEM/CGU/AGU <a href="https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=1095634466">https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=1095634466</a>	Procedimentos de reconhecimento da obrigação de indenizar ( <b>reconhecimento de dívida</b> ) decorrente de realização de despesa sem cobertura contratual.

PARECER REFERENCIAL n. 3/2023/COORD/E-CJU/SSEM/CGU/AGU <a href="https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=1097639546">https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=1097639546</a>	<b>Contratação direta de serviços de fornecimento de água tratada e/ou coleta de esgoto sanitário.</b>
PARECER REFERENCIAL n. 4/2023/COORD/E-CJU/SSEM/CGU/AGU <a href="https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=1100474756">https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=1100474756</a>	<b>Alteração unilateral</b> (acréscimo/supressão) quantitativa e/ou qualitativa <b>de contratos</b> administrativos que tenham por objeto a prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra.
PARECER REFERENCIAL n. 6/2023/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU <a href="https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=1092445394">https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=1092445394</a>	<b>Contratação direta da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.</b>
PARECER REFERENCIAL n. 00006/2023/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU <a href="https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=1213993061">https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=1213993061</a>	<b>Aquisições, sem SRP, de bens de valores iguais ou inferiores a R\$ 500.000,00</b> (exceto medicamentos, bens que compõem a solução de tecnologia da informação e comunicação, aeronaves e armamentos).
PARECER REFERENCIAL n. 00007/2023/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU <a href="https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=1214081897">https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=1214081897</a>	<b>Aquisições, com SRP, de bens de valores iguais ou inferiores a R\$ 500.000,00</b> (exceto medicamentos, bens que compõem a solução de tecnologia da informação e comunicação, aeronaves e armamentos)

#### b. Consultivos

Parecer	Ementa
PARECER n. 00735/2022/CONJUR-MD/CGU/AGU <a href="http://www.sef.eb.mil.br/images/a2/assessoria2/2022/PARECER_n.00735-2022-CONJUR-MD-CGU-AGU.pdf">http://www.sef.eb.mil.br/images/a2/assessoria2/2022/PARECER_n.00735-2022-CONJUR-MD-CGU-AGU.pdf</a>	<b>Exigências para que agente público possa ser membro de comissão condutora de processo de responsabilização.</b> Possibilidade de que o militar ( <i>lato sensu</i> ) seja membro da comissão. Inteligência também aplicável aos PTTC.
PARECER n. 00701/2022/CONJUR-MD/CGU/AGU <a href="http://www.sef.eb.mil.br/images/2022/julho/PARECER_n.00701-2022-CONJUR-MD-CGU-AGU_-_agente_de_contrata%C3%A7%C3%A3o_tempor%C3%A1rio_e_PTTC.pdf">http://www.sef.eb.mil.br/images/2022/julho/PARECER_n.00701-2022-CONJUR-MD-CGU-AGU_-_agente_de_contrata%C3%A7%C3%A3o_tempor%C3%A1rio_e_PTTC.pdf</a>	<b>Designação de militares para a função de agente de contratação ou pregoeiro.</b> Art. 8º da Lei nº 14.133/21 - nova lei de licitações e contratos administrativos (NLLCA).
PARECER n. 00007/2022/ADVNEA/NEA/CGU/AGU <a href="http://www.sef.eb.mil.br/images/2022/Setembro/Parecer_00007-2022-ADVNEA-NEA-CGU-AGU.pdf">http://www.sef.eb.mil.br/images/2022/Setembro/Parecer_00007-2022-ADVNEA-NEA-CGU-AGU.pdf</a>	Análise jurídica acerca da <b>adoção do instituto da arbitragem aos contratos administrativos</b> regidos pela Lei 14.133/21.
PARECER n. 00107/2022/CONJUR-EB/CGU/AGU <a href="http://www.sef.eb.mil.br/images/assessoria2/2022/Parecer_107-2022_CONJUR_EB_Capacita%C3%A7%C3%A3o_IEFEx_e_nova_lei_de_licita%C3%A7%C3%B5es.pdf">http://www.sef.eb.mil.br/images/assessoria2/2022/Parecer_107-2022_CONJUR_EB_Capacita%C3%A7%C3%A3o_IEFEx_e_nova_lei_de_licita%C3%A7%C3%B5es.pdf</a>	Possibilidade de os <b> cursos e estágios ofertados pelo IEFEx serem considerados como a formação compatível</b> prevista no inciso II do art. 7º da Lei nº 14.133/21.

## 3. ORIENTAÇÕES NORMATIVAS – AGU

Orientação	Ementa
Orientação Normativa 69/2021	<b>Não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor</b> com fundamento no art. 75, I ou II, e § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação. Aplica-se o mesmo entendimento às contratações diretas fundadas no art. 74, da Lei nº 14.133, de 2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021.
Orientação Normativa 55/2014	I – Os processos que sejam objeto de <b>manifestação jurídica referencial</b> , isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, <b>estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos</b> , desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação. II – Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.
Orientação Normativa 54/2014	Compete ao agente ou <b>setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão</b> e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

Fonte: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/onsagu>

## 4. PUBLICAÇÕES DE INTERESSE

Obra	Finalidade
Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (AGU) <a href="https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimentos-de-contratacao.pdf">https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimentos-de-contratacao.pdf</a>	Uniformizar e simplificar a confecção dos artefatos de planejamento de contratação pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, oferecendo, de forma clara e direta, diretrizes às áreas técnicas responsáveis por essa recorrente tarefa que recai sobre os gestores públicos.
Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU) <a href="https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf">https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf</a>	Oferecer segurança aos gestores públicos na implementação de práticas socioambientais.

Obra	Finalidade
Cartilha - Como Inserir Critérios de Sustentabilidade nas Contratações Públicas (AGU) <a href="https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/cartilha-como-inserir-criterios-de-sustentabilidade-nas-contratacoes-publicas.pdf">https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/cartilha-como-inserir-criterios-de-sustentabilidade-nas-contratacoes-publicas.pdf</a>	De forma complementar ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU, esta cartilha tem a finalidade de auxiliar os gestores na inserção de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas sob a perspectiva operacional e de gestão e trata dos tipos de contratação mais usuais na Administração Pública, abarcando compras, serviços e obras e toma como norte as orientações trazidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos – a Lei nº 14.133, de 2021.
Manual - Sala de Disputa <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/manuais/manual-sala-de-disputa-visao-governo/manual-sala-de-disputa_visao-governo-versao-1-0.pdf">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/manuais/manual-sala-de-disputa-visao-governo/manual-sala-de-disputa_visao-governo-versao-1-0.pdf</a>	De forma a facilitar o trabalho do Agente de Contratação, o manual apresenta a descrição das principais funcionalidades da nova Sala de Disputa – Visão Governo.
Manual - Dispensa Eletrônica <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/manuais/dispensa-eletronica/ManualNovoDispensaEletronica28.01.2022.pdf">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/manuais/dispensa-eletronica/ManualNovoDispensaEletronica28.01.2022.pdf</a>	Apresentar as principais funcionalidades do módulo Dispensa Eletrônica, com vistas a facilitar o trabalho de todos os agentes públicos envolvidos nos processos de compras.
Manual - ETP Digital <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/manuais/manual-fase-interna/manual-etp-digital-pdf/manual-etp-versao-2.pdf">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/manuais/manual-fase-interna/manual-etp-digital-pdf/manual-etp-versao-2.pdf</a>	Demonstrar todos os tópicos que deverão ser preenchidos dentro do ETP Digital, bem como as informações que deverão constar em cada campo existente.

Manuais do Compras.gov.br: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/manuais>

Por fim, cumpre ressaltar a necessidade de utilização dos modelos de editais e contratos elaborados pela AGU. Neste contexto, o §2º do art. 19 da Lei 14.133, de 2021, dispõe que a não utilização dos modelos disponibilizados deve ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo licitatório.



Acesse aqui os modelos de licitações e contratos (AGU) da Lei nº 14.133/21:

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133>

**Saiba Mais!**

<https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc>

**Capacite.se**

<https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/cursos-e-capitacoes>